

Dívida externa questionada

Estes são os principais trechos do documento do PT.

I — A GRAVIDADE DA CRISE

(...) "o governo Sarney despende nossos preciosos recursos no pagamento dos juros de uma dívida externa questionada por vários governos e autoridades internacionais, e na rolagem incompetente de uma dívida interna (...)"

O governo Sarney insiste em praticar uma política econômica conservadora, de ajuste interno e externo, que desestimula os investimentos, corrói salários, destrutura o parque produtivo, sem obter qualquer sucesso no combate à inflação." (...)

(...) "o agravamento progressivo da crise econômica, conjugado com a incapacidade do governo em encontrar soluções, conduziu o país à beira da hiperinflação e a uma crise política de consequências imprevisíveis (...)"

II PARA QUE UM PLANO DE EMERGÊNCIA

(...) "em 15 de novembro os trabalhadores e o conjunto da sociedade brasileira se opuseram claramente à irresponsabilidade do governo federal. As eleições municipais ganharam um sentido nacional de voto plebiscitário, contra o governo e sua política econômica."

(...) "no entanto, frente à irresponsabilidade governamental e aos riscos de hiperinflação e de crise institucional, o Partido dos Trabalhadores chama desde agora todas as forças progressistas e democráticas do país, especialmente o movimento sindical e popular, para a discussão de um Plano Econômico Alternativo de Emergência" (...)

III — AJUSTE EXTERNO

"A dívida externa tem sido o principal condicionamento da crise brasileira." ... Propomos:

(...) "Rompimento do acordo

com o FMI e suspensão imediata do pagamento da dívida externa;

Convocação imediata da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Dívida Externa, que deverá fazer um histórico da dívida, apontar as causas do seu crescimento e apurar responsabilidades;

"Convocação de uma Conferência Internacional de todos os países devedores interessados em enfrentar de forma alternativa a problemática da dívida externa" (...)

Não reconhecimento do Comitê de Negociação formado pelos bancos credores e constituição de uma nova instância de negociação ao nível dos governos e dos Bancos centrais dos países que sediam os bancos credores (...)

Exigir a participação do Brasil e dos outros grandes devedores nas reuniões dos governos dos países credores.

"Tomar como base de negociação o valor real da dívida, desvalorizada pelo deságio do próprio mercado internacional, que hoje equivale a cerca de 80% do valor de face dos títulos da dívida brasileira".

"A suspensão imediata da conversão formal e informal da dívida externa, e o seu reestudo (...)"

"Congelamento dos recursos destinados às operações de reempréstimos ("relenqing")."

... Propomos:

"Será estabelecida uma nova Política Cambial e Tarifária que priorize as medidas internas de combate à inflação e retomada do crescimento."

"Maior espaçamento das desvalorizações do cruzado, e utilização do Índice Único, a ser definido adiante;"

"Diminuição e, em certos casos, até eliminação das tarifas de importação das indústrias já implantadas."

"Liberação para o ingresso de novas empresas, nos setores oligopolistas que hoje exercem

uma reserva de mercado disfarçada, como no caso da indústria automobilística."

IV — AJUSTE INTERNO

(...) Os preços e salários estão refletindo as várias pressões inflacionárias da economia, como a elevação dos custos de insumos básicos e matérias-primas promovida pelos oligopólios nacionais e estrangeiros. ... Propomos:

"A adoção de um índice único para corrigir Preços, Salários e Correção Monetária prefixado mensalmente, de comum acordo entre sindicatos de trabalhadores, empresários e governo, com reposição imediata, para os salários, dos eventuais erros e resíduos da prefixação".

O estabelecimento de um efetivo controle de preços dos setores oligopolistas da economia;"

Remodelação dos atuais órgãos de fiscalização (como a SUNAB e o CIP)";

(...) "Na perspectiva de assegurar uma política de combate à inflação de arrocho de salários, será apresentado um plano de recomposição dos salários, especialmente do salário mínimo";

(...) Implantação de um processo de negociação que permita o estabelecimento de um Contrato Coletivo Nacionalmente Articulado.

(...) As medidas de combate à inflação, combinadas com a diminuição do superávit comercial, criarão condições mais favoráveis para a administração da dívida pública. Nesse sentido propomos:

O saneamento das finanças públicas com corte de gastos superfluos, melhor aplicação das verbas públicas e sem sacrificar investimentos em áreas sociais.

Alongamento da dívida mobiliária, pela colocação de títulos de longo prazo, com juros maiores e garantia de resgate (...)

Pagamento de juros menores

para as aplicações de curto prazo, em contraposição à política ortodoxa de juros altos, (...)

Colocação compulsória de títulos de longo prazo junto a bancos comerciais, instituições de crédito e empresas que participem de concorrências públicas;

Desestímulo às aplicações especulativas, como o "black", ouro e imóveis, pelo maior atrativo das aplicações produtivas.

(...) "Estas empresas (as estatais), não são responsáveis pela inflação, como querem fazer crer o Governo Sarney e credores internacionais (...)"

Suspensão e revisão da política indiscriminada de privatização;

Revisão das contratações sem concurso da "Nova República ..."

Democratização da gestão das empresas estatais (...)

Revisão das tarifas das estatais e demais empresas de serviços públicos (...)

(...) "A política fiscal e tributária do Estado brasileiro esteve voltada, ao longo de muitos anos, para a sustentação dos oligopólios industriais e financeiros ...". Propomos:

Revisão geral de incentivos fiscais e subsídios com a suspensão da maioria deles, principalmente no caso do setor exportador

Manutenção dos incentivos e subsídios para os setores em implantação e tecnologia de ponta, assim como para as micro e pequenas empresas;

Ampliação substancial do Imposto de Renda sobre ganhos de capital da pessoa física ..."

Implantação de um imposto especial sobre o lucro dos bancos e instituições financeiras em geral;

Estabelecimento imediato, como disposição transitória, do empréstimo compulsório sobre os ganhos de capital e grandes fortunas. (...)